

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.625 - MS (2020/0238906-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : INCASA - MASSAS E BISCOITOS LTDA  
**ADVOGADOS** : WALTER MARTINS DE QUEIROZ - MS015462  
HÉLIO ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO - MS006006  
GIOVANA VIEIRA LINO - MS023999  
**AGRAVADO** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADO** : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MS005871

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por INCASA - MASSAS E BISCOITOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, apresentado por INCASA - MASSAS E BISCOITOS LTDA, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – JUSTIÇA GRATUITA – PESSOA JURÍDICA – REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS CONTRATO DISCUTIDO DE VALOR CONSIDERÁVEL – HONORÁRIOS PERICIAIS RATEADOS ENTRE AS PARTES – VALOR MÓDICO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO 1. NA HIPÓTESE DOS AUTOS TEM-SE QUE NÃO RESTARAM PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO TENDO EM VISTA QUE EMBORA A AGRAVANTE AFIRME QUE ESTÁ INATIVA OU SEJA SEM ATIVIDADE EMPRESARIAL (FATURAMENTO) RECOLHEU AS CUSTAS INICIAIS DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS BEM COMO DEIXOU DE SE INSURGIR ACERCA DA DECISÃO QUE DISTRIBUIU ENTRE AS PARTES O ÔNUS DE QUITAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS NOS TERMOS DO ART 95 DO CPC (QUANDO A PROVA É DETERMINAÇÃO PELO JUÍZO) VINDO A REQUERER JUSTIÇA GRATUITA SOMENTE APÓS TAL DECISÃO 2. ADEMAIS NOTA-SE QUE A AGRAVANTE DISCUTE CONTRATO BANCÁRIO DE VALOR CONSIDERÁVEL (R\$ 25.000,00) ENQUANTO OS HONORÁRIOS PERICIAIS FORAM FIXADOS EM R\$ 3.000,00 CABENDO À ESTA A MÓDICA QUANTIA DE R\$ 1.500,00 3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

A parte recorrente alega violação do art. 98 do CPC, sob o fundamento de que a inatividade da empresa demonstra a sua insuficiência de recursos, fazendo jus à concessão do benefício de gratuidade de justiça, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Contudo, diante da impossibilidade de arcar com os honorários periciais fixados, tendo em vista que a pessoa jurídica encerrou suas atividades empresariais há mais de 12 anos, inclusive possuindo CNPJ baixado, a ora recorrente requereu a concessão dos benefícios da justiça gratuita, apresentando inclusive vasto acervo documental comprovando sua insuficiência de recursos decorrente da sua inatividade, do que se conclui a total ausência de faturamento da pessoa jurídica demandante, conforme se vislumbra às fls. 924-966 dos autos originais (fl. 98).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Na hipótese dos autos, tenho que não restaram preenchidos os requisitos para a concessão do benefício, tendo em vista que, embora a agravante afirme que está inativa, ou seja, sem atividade empresarial (faturamento), recolheu as custas iniciais da ação de prestação de contas, bem como deixou de se insurgir acerca da decisão que determinou distribuiu entre as partes o ônus de quitar os honorários periciais, nos termos do art. 95 do CPC (quando a prova é determinação pelo juízo), vindo a requerer justiça gratuita somente após tal decisão.

Ademais, nota-se que a agravante discute contrato bancário de valor considerável (R\$ 25.000,00), enquanto os honorários periciais foram fixados em R\$ 3.000,00, cabendo à esta a módica quantia de R\$ 1.500,00 (fl. 93).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não dos requisitos para a concessão da gratuidade de justiça às partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu sobre a “inviabilidade de verificar se as partes no caso poderiam ou não serem contempladas pelo benefício da gratuidade de justiça, por demanda reexame de contexto fático-probatório”. (AgInt no AREsp 897.498/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/8/2016.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.570.272/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020; AgInt no AREsp 1.000.602/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 22/5/2020; AgInt no AREsp 1.564.850/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/3/2020; AgInt no AREsp 1.173.115/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 18/4/2018; REsp 1.784.623/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente